

COROAS IBÉRICAS: AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS QUE CONDUZIRAM A GEOPOLÍTICA NOS TERRITÓRIOS PLATINOS**IBERIAN CROWNS: THE DIPLOMATIC RELATIONS THAT DROVE GEOPOLITICS IN THE PLATINUM TERRITORIES****CORONAS IBÉRICAS: LAS RELACIONES DIPLOMÁTICAS QUE CONDUJERON A LA GEOPOLÍTICA EN LOS TERRITORIOS DEL PLATINO**

Recebido em: 10/05/2021

Aceito em: 14/12/2021

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos¹

Resumo: esta pesquisa tem como tema a compreensão dos acordos diplomáticos entre as coroas Ibéricas em relação as disputas dos territórios platinos, assim o desenvolvimento se deu através de uma interpretação histórica pautada no meto histórico e na metodologia qualitativa, visando um aprofundamento das fontes trabalhadas. Possibilitando o entendimento que a Colônia de Sacramento e o controle do Rio da Prata como causa principal destas disputas bem como a Ascensão do rei Fernando V e Rainha Barbara Infanta de Portugal, as relações interfamiliares entre as coroas colaboraram para uma nova divisão do território firmadas no tratado de Madri bem como o envolvimento de Alexandre de Gusmão e José Carvajal Lancaster neste ato que ocasionou na guerra guaraníca.

Palavras-chave: Coroas Ibéricas; Diplomacia; território; Rio da Prata;

Resumen: esta investigación tiene como tema la comprensión de los acuerdos diplomáticos entre las coronas ibéricas en relación con las disputas de los territorios platinos, por lo que el desarrollo se produjo a través de una interpretación histórica basada en el método histórico y la metodología cualitativa, con el objetivo de una profundización de las fuentes trabajadas. Permitiendo el entendimiento de que la Colonia de Sacramento y el control del Río de la Plata como la principal causa de estas disputas, así como la Ascensión del Rey Fernando V y la Reina Bárbara Infanta de Portugal, las relaciones interfamiliares entre las coronas colaboraron a una nueva división del territorio firmado en el tratado de Madrid y la participación de Alexandre de Gusmão y José Carvajal Lancaster en este acto que condujo a la guerra Guaranítica.

Palabras clave: Coronas Ibéricas; Diplomacia; territorio; Río de la Plata;

Abstract: This research has as its theme the understanding of the diplomatic agreements between the Iberian crowns in relation to the disputes of the platinum territories, so the development occurred through a historical interpretation based on the historical method and qualitative methodology, aiming at a deepening of the sources worked. Enabling the understanding that the Colony of Sacramento and the control of the River Plate as the main cause of these disputes as well as the Ascension of King Fernando V and Queen Barbara Infanta of Portugal, the interfamilial relations between the crowns collaborated to a new division of territory signed in the treaty of Madrid and the involvement of Alexandre de Gusmão and José Carvajal Lancaster in this act that led to the Guaranitic war.

Keywords: Iberian Crowns; Diplomacy; territory; River Plate.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo – UPF. Bolsista. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0732-3462>. E-mail: tiaracpds@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema as relações diplomáticas entre as coroas Ibéricas que levaram a disputa pelos territórios platinos na banda oriental. Para a construção da pesquisa foi utilizado a metodologia qualitativa que permite um aprofundamento interpretativo dos documentos que serão utilizados. Para a análise histórica das fontes foi utilizado o método histórico permitindo uma seguridade na plausibilidade acadêmica, quanto o processo de desenvolvimento e construção do trabalho. Assim o desenvolvimento da pesquisa visa a compreensão histórica das cobiças territoriais entre as coroas espanholas e portuguesas e os conflitos que estas disputas geraram no decorrer dos anos, principalmente após o êxito de Manuel Lobo em 1680, com a criação do forte da Colônia de Sacramento no recôncavo do Rio da Prata, território que em suma era considerado espanhol.

Depois de diversas tentativas malsucedidas por parte da coroa portuguesa. Sendo esta fundação um dos principais motivos de conflito entre as coroas devido ao grande fluxo de comercio ilegal existente nos portos do Rio da Prata. Foram longos anos de disputas até que as coroas ibéricas tivessem decretado por alguns anos a paz, este fato se deu principalmente por questões que vamos chamar no artigo interfamiliares, pois assume a coroa espanhola Fernando VI, casado com a rainha Barbara Infanta de Portugal, e assim as relações de paz começaram a se estabelecer, e novos tratados começaram a serem desenvolvidos. Com as relações estreitadas entre as coroas, foi criado por Alexandre de Gusmão, e assinado por José de Carvajal Lancaster o Tratado de Madri, que dividia novamente os territórios platinos, trocando a colônia de Sacramento pelas reduções missioneiras da banda oriental do rio Uruguai, causando um dos mais sangrentos conflitos do século XVIII a guerra Guaranítica.

DISPUTAS TERRITÓRIAS

As discussões sobre o território na América conquistado pelas Coroas ibéricas, em alguns momentos, se manifestaram na história como um assunto conflituoso e diplomático. Portugal buscava ampliar e conquistar novos territórios, e desde cedo buscou obter riquezas, principalmente com a exploração de espaços no interior do Brasil.

Já a Espanha, no início do século XVIII, ocupava uma vasta área na América do Sul, dominando de forma plena as navegações do Rio da Prata, do Rio Uruguai e de outros rios, sem contar que utilizava, e muito, da Companhia de Jesus para o avanço e a conquista de territórios já habitados pelos povos originários, implantando o seu sistema de evangelização para assim reduzir esses povos, facilitando a exploração desses lugares.

Os portugueses, inicialmente, limitavam-se ao território demarcado pelo Tratado de Tordesilhas, tendo sob sua jurisdição a navegação do Rio Amazonas, mas eles não estavam satisfeitos com isso. Ainda na metade século XVII, o rei Dom João V², com seus súditos, decide fundar um pequeno forte em terras espanholas, mas apenas em 1680 que tal ato foi efetivado por Dom Manuel Lobo, com a fundação da colônia de Sacramento, localizada no estuário do Rio da Prata e de frente para Buenos Aires.

Esse ato fez com que a Coroa espanhola percebesse que os portugueses estavam se apropriando do território, com criação de fortes e demarcação de espaços para pecuária e agricultura pelos colonos lusitanos, com isso facultando o direito sobre as terras por meio da posse, o que facilitaria o trajeto até Sacramento.

Para justificar sus derechos sobre el Río de la Plata, el gobierno de Portugal mandó publicar, en portugués, francés y español, un manifiesto intitulado Noticia y justificación del título y buena fe con que se obró la Nueva Colonia del Sacramento, en las tierras de la capitanía de San Vicente, en el lugar llamado San Gabriel, en las márgenes del Río de la Plata, que mandó distribuir en las cortes europeas. En él fueron presentados los tratados con España, las bulas papales y también una serie de relatos de navegadores, geógrafos y cronistas portugueses y extranjeros que sustentaban la tesis de la Corona portuguesa de que los límites de sus dominios americanos se extendían hasta el Río de la Plata.²² Es a partir de entonces que el establecimiento portugués pasa a ser comúnmente designado en la documentación como Nueva Colonia del Sacramento, denominación que acentuaba el papel colonizador del emprendimiento, probablemente en una tentativa de disimular su carácter mercantil (POSSAMAI, 2010, p. 24).

Dessa maneira, justificava-se a posse sobre a colônia de Sacramento, em território espanhol, um objetivo cumprido por parte dos portugueses, pois a Coroa sempre manifestou interesse no estuário do Rio da Prata, devido ao fácil fluxo de navios que chegavam e partiam para a Europa, transformando-o, assim, em um grande porto comercial na época.

O novo posto não foi inquietado enquanto os espanhóis ignoravam a sua existência; conhecida, porém casualmente a fortaleza, o governo de Buenos Aires desejou saber “quais as intenções com que se entrava no território de sua Majestade Católica”, Tendo d. Manuel Lobo respondido “que aquelas paragens pertenciam à jurisdição portuguesa”, o espanhol mandou uma intimação formal exigindo a retirada dos portugueses daquela zona e, dando o comando geral de um exército ao mestre de

²O começo do seu reinado foi um dos mais felizes: olhou com atenção para todas as partes fracas da monarquia, restabelecendo-as por meio de uma administração tão sábia, quanto laboriosa: desprezou estas virtudes militares, que elevam os estados à grandeza ao estrondo dos canhões: não formou corpo de exército, e reputou a guerra como o maior flagelo que aflige o género humano. Contudo, a firmeza com que se houve para as potências estrangeiras, acostumadas a dar a lei aos seus predecessores, lhes fez presumir que Portugal tinha um rei. A nação Portuguesa concebeu então esperanças que nunca havia tido, mas logo se esvaeceram, pelo carácter do coração humano, que anexa as maiores fraquezas, as mais relevantes virtudes (CORMATIN, 2010, p. 75).

campo Antônio Vera Mojica, desencadeou a primeira de uma longa série de hostilidades. Na madrugada de 7 de agosto, a praça era tomada de assalto e Manoel Lobo, feito prisioneiro, era encaminhado para Buenos Aires; os habitantes, na sua maioria, foram massacrados pelo exército de espanhóis e índios guaranis (RIO-BRANCO, 2010, p. 10).

Ainda no mesmo ano, o rei da Espanha Carlos II, por temer mais conflitos entre as Coroas, desaprovou as atitudes do governador de Buenos Aires e o destituiu do cargo. Enviando um novo súdito, o rei exigiu a reconstrução do forte da colônia de Sacramento e cedeu o território onde os portugueses estavam estabelecidos.

Fixar a colônia em território alheio não foi tarefa fácil. Novamente, em 1704, o governador de Buenos Aires, Dom Alonso Valdes, declarou guerra contra os portugueses sitiados em território espanhol, conforme a carta de Alexandre de Gusmão em resposta a Antônio Pedro de Vasconcellos, sobre a sua posição no que se refere ao Tratado de Madri. Nela, há menção a questões anteriores a esse processo e que dizem respeito à posição do antigo governador quanto a sua troca.

Continuarão as cousas nos termos que se haviam determinado no Tratado Provisional até o anno de 1701, em que fazendo nós aliança com Filipe 5º, nos cedeu a Colonia com as suas Campanhas; mas este Tratado não teve efeito, e declarada guerra entre as duas Corôas no anno de 1704 sitiaram os Hespanhoes a Colonia, e fomos obrigados a abandona-la, até que no anno de 1715 fazendo-se a Paz em Utrecht, cedeu El-Rei Catholico á corôa de Portugal o território. E Colonia, renunciando todo direito que ellas pretendesse, e querendo que ficasse por esta cessão abolido o Tratado Provisional de 1681: com esta transição se teria acabado de toso a controvérsia, que havia ficado suspensa pelo mesmo Tratado Privisional, se no de Utrecht se tivessem assinado os limites do território, que Hespanha entendia ceder-nos (J. M. T de C., 1841, p. 176-177).

A colônia de Sacramento mantinha-se em território espanhol de forma incógnita quanto às pretensões portuguesas, pois, enquanto deixavam os espanhóis de Buenos Aires em alerta sobre uma possível invasão vindo desse posto, os portugueses fixavam-se cada vez mais nos territórios compreendidos ao litoral norte do antigo Rio Grande de São Pedro.

Foi o tratado de Utrech³ que firmou a colônia de Sacramento em território espanhol, promovendo a paz entre as duas Coroas por um período intermediário de tempo. Porém, era de cunho duvidoso, deixando um entendimento duplo em suas cláusulas, abrindo fendas para um

³Entretanto, o tratado assinado em Utrech também estava redigido em termos vagos e duvidosos: “O governo de Portugal entendia que as palavras ‘Colônia e território’ significavam toda a margem esquerda do rio da Prata. O Governador de Buenos Aires, Cornel Garcia Ros, ao fazer a entrega solene, assinou como limites do estabelecimento português o território compreendido no alcance de um tiro de canhão” (RIO-BRANCO, 2010, p. 12, apud A. G. de Araújo Jorge, p. 131).

novo conflito territorial, que não tardou para acontecer. No ano de 1735, devido a um acontecimento na Europa, segundo Tau Golin (2015, p. 26),

em fevereiro de 1735, por um acontecimento fortuito na Europa, quase redundando em nova guerra entre Portugal e Espanha. Empregados da embaixada portuguesa em Madri deram proteção a um preso, resgatado da escolta da polícia durante o carnaval. As tropas castelhanas invadiram o prédio e prenderam toda representação diplomática. Portugal retaliou e fez o mesmo em Lisboa, aprisionando os espanhóis.

Este fato resultou em novos conflitos na América, tendo agora o governador de Buenos Aires, D. Miguel Salcedo, atacado o território da colônia de Sacramento. O governador vigente da colônia, Dom Pedro de Vasconcellos, resistiu aos ataques dos espanhóis com ajuda direta do governador da capitania das minas gerais, Gomes Freire de Andrade.

A expedição liderada pelo brigadeiro José Silva Paes tinha por objetivo romper com o cerco dos espanhóis e deixar em liberdade a colônia de Sacramento. Junto a essa missão, já vinha o objetivo de tomada de Montevideú. O planejamento era conquistar uma área maior, que pudesse chegar com facilidade até o Rio da Prata, e, conseqüentemente, fazer o povoamento da área por parte dos portugueses.

Gomes Freire e Silva Paes, nessa expedição, não só receberam auxílio da Europa como também da Igreja, por conta da imposição dos enclaves para a legitimação territorial do espaço do Rio Grande que estavam adentrando. Mas a colônia de Sacramento continuou cercada pelos espanhóis, assim dificultando a entrada de portugueses nas suas fortificações.

Com os portos bloqueados, o governo português necessitava de outros meios para a realização de seu comércio – em sua maioria, de origem indevida, ou seja, de contrabando. Através dessa fortificação é que eram realizados os inúmeros comércios ilícitos, principalmente com mercantes ingleses, que tinham interesses muito mais enraizados nesse canal do Rio da Prata.

A presença inglesa também era um fator importante no ritmo das relações entre Buenos Aires e Sacramento. Jumar (2000) salienta a evolução das relações entre os portos do complexo portuário, chamando a atenção para os momentos de acirramento bélico, como foi o caso da “tentativa de asfixia” da Colônia do Sacramento por parte da elite portenha, em 1735. Tratava-se da exteriorização dos interesses em conflito, da tentativa de alcance de um “ponto de equilíbrio” dentro das atividades de cada cidade no complexo portuário (PRADO, 2003, p. 82).

Com isso, crescia cada vez mais o interesse inglês pelos territórios do Prata, principalmente pela facilidade de comercialização em seus portos, que estavam sendo firmados no território da banda oriental.

Sacramento era responsável pelos contatos diretos com o mercado atlântico e pela introdução de mercadorias europeias e brasileiras a baixos preços. Além disso, o porto de Sacramento era melhor para abrigar embarcações maiores, possuía diversas ilhas que facilitavam os descarregamentos de mercadorias e era o principal porto para reparos de barcos no rio da Prata na primeira metade do século XVIII (PRADO, 2003, p. 83).

O governador António de Vasconcellos vai defender a permanência da colônia, principalmente por esses motivos, em que o beneficiamento dele por conta do contrabando realizado o tornaria um homem de posses no território ainda pouco habitado por portugueses. Alguns documentos dão a entender que o comércio ilícito na colônia estava longe de ser algo escondido dos olhos da corte, e as transições comerciais internacionais aconteciam com comerciantes de diversos países, principalmente com quem tinha relações mais estreitas com os portugueses.

O Prata foi, durante todo período colonial no continente americano, o mais importante ponto de contato entre as colônias espanholas e portuguesas. De fato, os conflitos e os intercâmbios – lícitos e ilícitos – entre essas duas colonizações não foram tão significativos no restante da imensa fronteira entre o Brasil e os *virreynatos* da América do Sul espanhola, como na bacia do rio da Prata, onde se mostraram inúmeros e constantes (CAMARGO, 2001, p. 12).

O comércio ilegal era corriqueiro e beneficiava muitos governadores, tanto da colônia como de Buenos Aires, estreitando as relações, e acontecia mesmo que as Coroas estivessem em conflito, pois essas relações entre uma banda e outra do Rio da Prata se faziam normalmente.

A interpretação da carta a seguir, escrita por Alexandre de Gusmão, referente ao comércio ilegal na colônia de Sacramento, nos mostra que não só os da colônia se beneficiavam com o contrabando, mas também a Coroa portuguesa.

O documento é dirigido a Luiz Garcia Bivar, então governador de Sacramento no ano de 1749, para fazer-se amigável com o governador de Buenos Aires. Tal processo se daria para que o comerciante vindo de Lisboa e protegido pelo rei de Portugal, Feliciano Velho Oidemberg, pudesse executar seus negócios na região do Prata sem nenhum empecilho. Por mais que as Coroas estivessem entrando em um estado de paz nessa época, os comerciantes portugueses ainda eram proibidos de adentrar em território espanhol, e para que ocorra esse

comércio Alexandre de Gusmão decretou que os governadores entrassem em contato com os *cabildos* de Buenos Aires, para que estes pudessem fazer seus negócios como ultimamente teriam feito, de forma muito eficiente, apesar de ser considerado não legal por parte dos espanhóis de Buenos Aires. Segue o documento.

S.o" Luiz Garcia de Bivar. — Ainda que o Comércio dos Portugueses nesse Continente da Colônia, e Buenos Ayres; seja uma Negociação clandestina como dependente d'um mero contrabando, e estes não possuem, nem devão patrocinar os Governadores das duas Praças confinantes; cora tudo, como o lapso do tempo, a continuada tolerância dos mesmos Governadores, mediante a boa amizade, e harmonia das duas Nações, e também o costume de se remeterem os cabedades dos Hespanhoes pelas Embarcações Portuguesas, quetem vindo em direitura, e pelo Rio de Janeiro, (executando-se com muita fidelidade as entregas a seus respectivos Donos) e outros factos de protecção, e interesse, tocantes aos Vassallos d'ambas as Coroas, autorização diariamente o mesmo Comercio por uma serie d'infinitos, e notórios procedimentos: — Me ordena S. Magestade, que avise a V. S. para que se empenhe amigavelmente com Governador de Buenos-Ayres a favor de Feliciano Velho Oldemberg, a fim de que este honrado, e estimável Negociante Lisbonense possa haver da mesma Praça a soma de 800,000 reis, producto da incauta remessa de fazendas, que lá iutroduzio por meio interposto dessa Praça da Colônia. Quer S. Magestade, que V. S. compreenda esta arrecadação no numero das que forem mais particulares, e privilegiadas entre V. S. e o mesmo Governador; as quaes todas patrocinará S. Magestade, quando estas mesmas ou quaesquer outras necessitarem da sua immédiata Protecção. Tenha V. S.* presente esta recommendação; e tambem a certesa de que lhe desejo dar gosto, servindo-o no que se me oferecer do seu agrado. Deus Guarde a V. S.* como desejo — Lisboa no Paço a 20 de Janeiro de 1749. Alexandre de Gusmão (J. M. T. C., 1844, p. 35).

Notamos que, ao que parece, essas práticas de contrabando eram notavelmente rotineiras entre os negociantes mercantilistas e Sacramento, em que muitas mercadorias eram postas ilegalmente no Rio da Prata pelo porto da colônia. Ao que os documentos expostos possibilitam interpretar, a Coroa portuguesa, quando favorável a ela, acobertava e protegia os comerciantes.

A colônia de Sacramento era conceituada por Buenos Aires como um ponto estratégico junto ao Rio da Prata, do mesmo modo que a própria Buenos Aires era vista pelos portugueses e seus aliados. Ronaldo B. Colvero (2015, p. 26) afirma o seguinte sobre a visão portuguesa:

Do outro lado do Rio da prata, o posicionamento estratégico de Buenos Aires pode ser considerado, do ponto de vista português e inglês, segundo três aspectos: 1º) a possibilidade de servir como entreposto para as navegações feitas entre a Europa e a Ásia; 2º) a possibilidade de aumentar o contrabando da prata vinda de Potosí; 3º) a utilização dos produtos provenientes da própria região platina, essencialmente o gado, a fim de realizar um comércio bastante lucrativo dos subprodutos derivados do animal, largamente utilizados em toda América e na Europa.

Ambas as Coroas estavam em um posicionamento que visava à lucratividade, e como o Rio da Prata era um canal direto entre a América do Sul e o continente europeu, firmar território em suas proximidades era firmar a busca por esse lucro, por conta da exportação dos produtos oriundos da região.

O TRATADO DE MADRI

A permanência da Coroa portuguesa em território platino não durou muito tempo, retirando-se assim que ocorreu a posse de Felipe VI da Espanha. Com esse acontecimento, as relações intrafamiliares entre os reinados ibéricos se fortaleceram, já que a então nova rainha era oriunda do reino de Portugal.

Durante esse período em que Fernando VI tinha como objetivo manter uma relação pacífica com Portugal, destacava-se na corte portuguesa o diplomata Alexandre de Gusmão. Pelo seu intelecto e excelente conhecimento cartográfico, o braço direito de Dom João V iria influenciar e contribuir nas tomadas de decisões do rei referente às relações internacionais.

Em 1750, era particularmente favorável a atmosfera política que prevalecia na península. Relações de cordialidade existiam entre Fernando VI da Espanha, casado com a Infanta de Portugal, D. Maria Bárbara e El-Rei D. João V, cujo filho e herdeiro, D. José, havia casado com D. Maria Ana Vitória, filha de Felipe V da Espanha e de Isabel Farnese. Desejosos os soberanos de chegar a um entendimento definitivo, prestaram-se a negociar em Madri o tratado de 13 de janeiro de 1750, sendo D. Tomás da Silva representante de Portugal e o ministro espanhol D. José de Carvajal y Lancaster o representante de Fernando VI (CARVALHO, 1998, p. 12).

Na própria carta para o rei D. João V Gusmão relata sobre a execução do tão esperado acordo entre as Coroas, mencionando que a assinatura do Tratado de Madri só foi possível em razão da troca de monarquia, e o fato favorável a Portugal se dava porque a infanta, princesa de Portugal e agora rainha Barbara da Espanha, se fazia presente naquela corte.

Não faltará quem diga, que toda esta mudança se deva a estar a Snr. Rainha Catholica infanta, e tão bem merecida acceitação de El-Rei seu marido. Certo é que se não fosse a presença e authoridade daquela grande Princesa não teríamos as portas tão abertas para expor, e fazer ponderar com a devida reflexão as razões, que nos assistem (J. M. T. C., 1844, p. 59).

A Coroa portuguesa, com o Tratado de Madri, abriu um precedente encoberto por inúmeras incertezas, mas que favoreciam claramente os enclaves portugueses já firmados em territórios alheios.

Liderado por Alexandre de Gusmão, estadista estudioso das questões fronteiriças do Brasil e diplomata ciente das dificuldades de manutenção de Sacramento, Portugal então aproveitaria o raro momento de boas relações com a coroa espanhola e assinaria com a Espanha de Fernando VI o Tratado de Madri, de 1750. Portugal cedia no Prata, permitindo que a Espanha tomasse posse de Sacramento, mas cobrava o custo de reordenar as fronteiras coloniais entre os dois países. Legalizava, assim, a posse do oeste brasileiro e da Amazônia, ocupada pelo movimento expansivo de seus colonos, os bandeirantes. Também garantia a Lisboa a posse do território de Sete Povos das Missões, no oeste do Rio Grande do Sul, a fim de proteger o sul brasileiro da cobiça portenha. O acordo, baseado em compensações globais de territórios, dava base legal à expansão do território brasileiro e substituía, alicerçado nos princípios das fronteiras naturais e do *uti possidetis*, o Tratado de Tordesilhas, de 1494 (ARMSTRONG, 2014, p. 12).

De acordo com essa citação, entendemos que grande parte dos territórios ao sul do que conhecemos hoje como Rio Grande do Sul vinha sendo utilizada pelos portugueses – o *uti possidetis* estabelecido pelos enclaves de ocupação territorial, como um sistema de direito territorial, o que Portugal vinha defendendo desde o início do processo de ocupação no Brasil. As incertezas sobre os limites e as impossibilidades de ter algumas precisões nas definições dos traçados a partir dos tratados faziam com que muitos colonos iniciassem uma ocupação forte e definitiva na região do litoral sul.

Esses enclaves, em 1735, haviam instaurado uma freguesia, longe das governanças do Brasil, por conta de uma necessidade religiosa para manter os colonos fiéis. Assim, é criada a freguesia do Rio Grande de São Pedro: “Mesmo sem a presença do Estado, em 6 de agosto de 1736, o bispo do Rio de Janeiro, Frei António de Guadalupe, criou a freguesia do Rio Grande de São Pedro – equivalente ao *status* de paróquia” (GOLIN, 2015, p. 27).

Assim, antes mesmo do tratado de Madri ser assinado pelas Coroas, a ocupação portuguesa ocorria fortemente no Rio Grande de São Pedro, e cada vez mais os portugueses apossavam-se dos espaços de campos abertos dos territórios espanhóis com o sistema de *uti possidetis*, aproximando essas instalações cada vez mais do pequeno forte da colônia de Sacramento, apossando-se desse território.

Por parte da Espanha, quem assumiu o cargo das relações diplomáticas exteriores foi D. José Carvajal y Lancaster⁴, que por sua vez possuía o conhecimento dos longos anos de conflito entre as Coroas ibéricas, sendo membro do Conselho das Índias no reinado de Fernando V, e que agora, com a sucessão de Fernando VI, viu que as negociações de paz se faziam necessárias. Carvajal também tinha relações estreitas com Portugal, pois era descendente direto do mesmo reino.

Tratando das questões diplomáticas entre as coroas, Adelar Heinsfeld, menciona que

O espanhol Carvajal desejava libertar o Prata dos perigos da presença inglesa. Uma aliança com Portugal seria a grande solução para pôr fim a todas as querelas. Carvajal mostrava-se intransigente na defesa do princípio de que as duas margens do rio da Prata deveriam permanecer sob a soberania espanhola. Continuava insistindo na velha tese da linha demarcada no Tratado de Tordesilhas, argumentando que luso-brasileiros haviam exagerado em sua expansão para o Sul e para o Oeste, invadindo territórios espanhóis (HEINSFELD, 2018, p. 44).

Carvajal mostrava-se indisposto a entregar os territórios à banda oriental do Rio da Prata – em outras palavras, trocar a colônia por parte do território da banda oriental seria uma troca injusta. Mas as preocupações com terceiros países, como a Inglaterra, contribuíram para que a Espanha assinasse o tratado. Carvajal era um diplomata que, com o rei da Espanha, visava à paz, principalmente no território da América, defendendo o primeiro limite traçado entre as Coroas, que era o Tratado de Tordesilhas.

Já Alexandre de Gusmão utilizou do seu conhecimento estratégico geopolítico, baseado no *uti possidetis*, nas ocupações portuguesas já ocorridas situadas no litoral e nos territórios nas proximidades do Rio da Prata e seus arredores, executando assim o tratado entre Portugal e Espanha e colocando vantagens visíveis para a Coroa portuguesa.

A representação do mapa da figura 1 demonstra a linha demarcatória do Tratado de Madri, sendo uma representação do mapa das cortes executado por Alexandre de Gusmão, mostrando as delimitações. A linha vermelha demarca os territórios que passaram a ser de Portugal, que correspondem ao espaço ocupado pelos Sete Povos, e a devolução da colônia de Sacramento e seus arredores.

⁴Era filho do duque de Liñares, e sua mãe era descendente do infante Jorge de Lancaster, filho natural do rei D. João II de Portugal, o que explica a sua relação direta com Fernando VI e a rainha Barbara, que era infanta do Rei Dom João V. Formou-se na Universidade de Salamanca, e logo após sua formação ocupou o cargo de juiz da Chancelaria de Valladolid. Mais tarde, foi nomeado conselheiro do Conselho das Índias, sendo indicado por Fernando VI como primeiro secretário de Estado, e ainda, naquele ano de 1750, assinou o acordo entre Espanha e Portugal, encerrando as disputas pelo território Platino e pelo Brasil.

O Tratado de Madri⁵, então, é assinado e firmado pelas Coroas ibéricas, selando com isso na Europa um tratado de paz que acabou gerando um dos conflitos mais sangrentos entre os colonizadores e os povos originários ocorridos nos arredores do território do Prata: a Guerra Guaranítica.

Embora o tratado tenha sido assinado em comum acordo entre as Coroas, a partir de uma grande estratégia articulada por Dom João V,

[...] contrariava as paixões e as ambições imediatistas dos seus contemporâneos. Os portugueses julgavam-se lesados ao entregar a colônia do sacramento enquanto os espanhóis só viam prejuízo nas concessões que haviam feito quanto à navegação do Uruguai e aos sete povos das missões jesuíticas (LINS, 1965, p. 188).

Mesmo que o tratado tenha sido assinado, as discussões sobre as fronteiras na América espanhola continuavam, assim os trabalhos de diplomacia tornavam-se fundamentais para que ambas as Coroas pudessem chegar a um consenso de que seus interesses não seriam lesados. Contudo, logo em seguida, em 1761, através do Tratado de El Pardo, o de Madri foi anulado, como se nunca tivesse existido, determinando que “todas as cousas pertencentes aos limites da América e da Ásia se restituem aos termos dos tratados, pactos e convenções que haviam sido celebrados antes do tratado de Madri” (LINS, 1965, p. 188-189).

Somente mais tarde é que a Espanha iniciaria uma nova discussão com Portugal a respeito dos acordos de fronteiras na América, e isso viria com um novo tratado, o de Santo Ildefonso, em 1777, em que os portugueses perderiam os territórios das Missões. Mas vai ser com o Tratado de Badajós, de 1801, que são anulados os de El Pardo e Santo Idelfonso, deixando os portugueses com os territórios conquistados após a guerra na América, onde atualmente é o estado do Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações diplomáticas entre Portugal e Espanha por conta dos territórios platinos envolvem uma diversidade de acontecimentos, que vão além dos limites acordados

⁵ The language and the whole tenour of this memorable treaty bear witness to the sincerity and good intentions of the two Courts; .. the two contracting Sovereigns seem indeed to have advanced beyond their age. They proceeded with an uprightness which might almost be considered new to diplomacy; and in attempting to establish a perpetual peace in their colonies, whatever disputes might occur between them in Europe, they set an example: one worthy' of being held in remembrance as a practicable means of lessening the calamities of war. But there was a fatal fault committed in the treaty, and Spain, and Spanish America, and Brazil, feel at this day its baneful consequences (SOUTHEY, 1819, p. 448).

primordialmente entre ambas as Coroas. As desenvolturas dos tratados e as cobiças territoriais começaram com a ambição dos reinados e a expansão de suas terras.

A navegação no Rio da Prata sempre foi motivo de disputas. Em seu estuário, diversos acontecimentos de cunho histórico ocorriam, como a fundação da colônia de Sacramento, em 1680, que se tornou um dos estopins de conflitos envolvendo as disputas entre Portugal e Buenos Aires pelo território platino.

Além das disputas, a colônia servia como principal fluxo de contrabando entre os países europeus, sendo um local de comercialização, devido à localização dos portos nela sitiados.

A colônia, como já vimos, causou diversos conflitos, sendo uma das causas da elaboração de tratados de limites entre as Coroas ibéricas, influenciando o desenvolvimento do Tratado de Ultrich e, mais tarde, do Tratado de Madri, que tem a participação de um dos diplomatas portugueses mais importantes da época.

Alexandre de Gusmão, de Portugal, e Carvajal, diplomata espanhol, vão assumir um papel decisivo nas fronteiras platinas, acordando um tratado que vai influenciar a vida de muitos dos povos que viviam, principalmente, na banda oriental do Rio Uruguai. A assinatura do tratado culminou na troca da colônia de Sacramento pelos povos missioneiros.

Além da política externa imperial portuguesa, não devemos deixar passar despercebida a relação intrafamiliar que passa a ocorrer com o reinado de Fernando VI da Espanha, casado com a infanta de Portugal, e tendo como diplomata do reino Carvajal, sobrinho de Dom João V, podendo constatar, durante a pesquisa, que ambos os reinos nesse período frisavam um acordo de paz, pois estavam emaranhados em fortes relações familiares.

Esses fatores contribuíram para que, através dos tratados, fosse selada a paz entre as Coroas, assim, supostamente, resolvendo os conflitos territoriais que ocorriam pela posse da banda oriental, mas esse tratado não durou por muitos anos, pois logo após a morte de Fernando VI, em 10 de agosto de 1659, não tardou para que novamente as Coroas entrassem em conflito e resolvessem fazer um novo tratado. Ainda, o Tratado de Madri, nos territórios platinos, desencadeou a revolta dos povos da banda oriental, devido à troca territorial, gerando um dos mais sangrentos conflitos da história das reduções jesuíticas: a Guerra Guaranítica.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Rodrigo Penteado. **O pomo da discórdia** : a colônia de Santíssimo Sacramento e a rivalidade entre Portugal e Espanha no sistema interestatal do século. 131 f.

Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, Carlos Delgado de. **História diplomática do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 2, jul.-dez. 2014.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. **Bajo su real proteccion**: as relações internacionais e a geopolítica portuguesa na região do Rio da Prata (1808-1812). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

CORMATIN, Pierre de. **A administração do Marquês de Pombal**. Lisboa: Bonecos Rebeldes, 2010.

GOLIN, Tau. **A fronteira**: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOLIN, Tau. **A fronteira**: 1763-1778 : história da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional. Passo Fundo: Méritos, 2015.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe-SC**. Curitiba: CRV, 2018.

LINS, Alvaro. **Rio-Branco (O Barão do Rio-Branco)**: biografia pessoal e história política. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

J. M. T de C. **Coleção de vários escritos inéditos políticos e literários de Alexandre de Gusmão conselheiro do conselho ultramarino e secretário primeiro d'EL-rei Dom João Quinto**. Porto: Tipografia de Guimarães, Rua S. António, 1841. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/item/109777#page/5/mode/1up>. Acesso em: 9 set. 2021.

J. M. T de C. **Complementos dos inéditos de Alexandre de Gusmão**. Porto, 1844.

POSSAMAI, Paulo. **Colônia del Sacramento**: vida cotidiana durante la ocupacion Portuguesa. Montevideo: Torre del Vigia, 2010.

PRADO, Fabricio Pereira. Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 79-104, jul. 2003.

RIO-BRANCO, Miguel Paranhos. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750**. Brasília: Funag, 2010.

SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**: vol. III. London, 1819.